

Arqueologia

Procurando pela história militar do Brasil



Ataque de navios holandeses contra um engenho fortificado, na Baía de Todos os Santos, em 1638.



Adler Homero Fonseca de Castro

Hoje em dia, as fortificações coloniais geram um imenso interesse na sociedade, havendo uma grande procura por informações sobre elas. Revistas, como a *DaCultura*, dedicam grande espaço ao assunto. Milhares de turistas visitam esses monumentos e os governos mais esclarecidos investem na recuperação das edificações, memória dos feitos de nossos ancestrais. No entanto, dezenas de fortes que ainda existem são apenas parte de um *iceberg* quando se estuda o nosso passado militar.

É um ponto de vista, cada vez mais corrente, que o desempenho das Forças Armadas foi imenso no Brasil colonial. Por exemplo: Salvador, uma cidade com 50 mil habitantes, na passagem do século XVIII para o XIX, possuía uma guarnição de três mil homens, ou 6% de toda a população. Comparando com os dias de hoje,

seria como haver em cada uma das grandes cidades do País, como o Rio de Janeiro, São Paulo ou Belo Horizonte, forças militares de centenas de milhares de homens, e milhões, em todo o território nacional.

Apesar dessa importância, a presença do Governo na vida cotidiana do Brasil-Colônia, com seus fortes e tropas, ainda é apenas um pequeno segmento de nossa História Militar. Durante centenas de anos, nossos antepassados viveram em um território onde, ao se afastarem das cidades, enfrentavam uma situação “sem fé, sem lei, sem rei”, como as palavras de um cronista do século XVI em que este descrevia as sociedades indígenas do Brasil – no entanto, bem se poderia aplicar a boa parte do restante de nosso passado. Era necessário estar sempre pronto a enfrentar ataques de invasores estrangeiros, de piratas, de índios hostis, bem como o

risco de uma insurreição de escravos e bandoleiros. Lembremos que os últimos cangaceiros só foram totalmente eliminados há apenas 70 anos. Tudo isso gerava um forte sentimento de insegurança e uma presença militar, que foi muito numerosa, contudo, nos dias de hoje, é muito pouco visível, passando, praticamente, sem ser notada.

Exemplos dessa presença são os redutos, os quartéis, os acampamentos fortificados e as casas-fortes, construções defensivas que foram muito comuns no interior do Brasil, porém pouco citadas nos livros existentes sobre fortificações. Por exemplo, nenhuma das grandes obras sobre o assunto menciona a existência de defesas em Minas Gerais. Parece que esse Estado foi um paraíso terrestre onde poucos conflitos ocorreram. No entanto, isso é um engano.

Junto com a ocupação do território, houve um processo de edificação de construções defensivas, e sinais dessa atividade ainda podem ser percebidas em algumas situações, pelo menos na bibliografia. Na Guerra dos Emboabas, os “forasteiros” que ocupavam a área de mineração descoberta pelos bandeirantes tinham construído uma posição fortificada no Rio das Mortes, para se defenderem dos paulistas “*que os tinham [aos emboabas] reduzido a um reduto de terra e faxina em que se achavam [causa pela qual se viam no maior aperto e consternação]*”, nas palavras do cronista Rocha Pita, escrevendo em 1724. Mais adiante, o autor ainda menciona que os emboabas, ao serem ameaçados pelos paulistas, tinham reforçado seu reduto, construindo baluartes, ou seja, dando-lhe uma feição de fortificação regular.

Os paulistas, por sua vez, ao chegarem no local do forte emboaba:

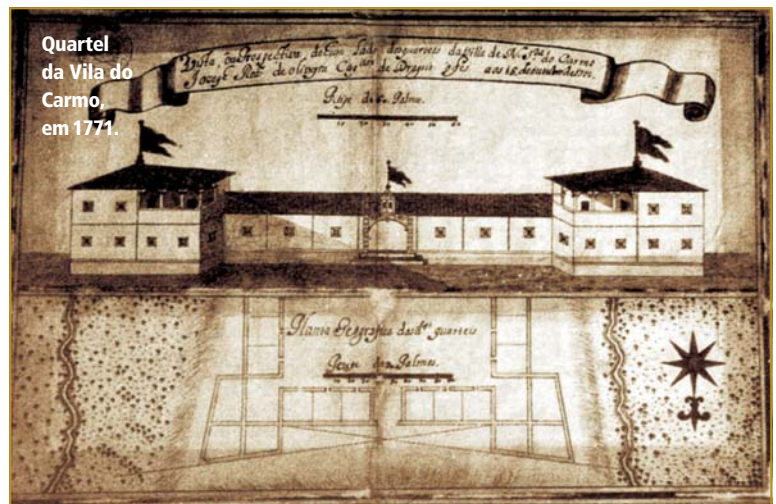
“E achando reduzido [recolhido] à sua fortificação aquele povo, subiram a uma montanha que lhe ficava como padrao [sobranceira à fortificação], donde e da igreja matriz que estava fora da muralha,

e de um cavaleiro [forte elevado] mais que levantaram, lhe fizeram [aos emboabas] considerável dano, matando-lhes e ferindo-lhes muita gente.”

Dando continuidade, Rocha Pita chega a denominar a posição dos paulistas de “bateria”, dando a idéia de que seria artilhada. No entanto, o importante é que há uma menção não apenas a uma construção de caráter defensivo (o “reduto” dos emboabas) mas, também, a uma outra, a dos paulistas, que seria uma obra de assédio regular, como as construídas pelo exército da época.

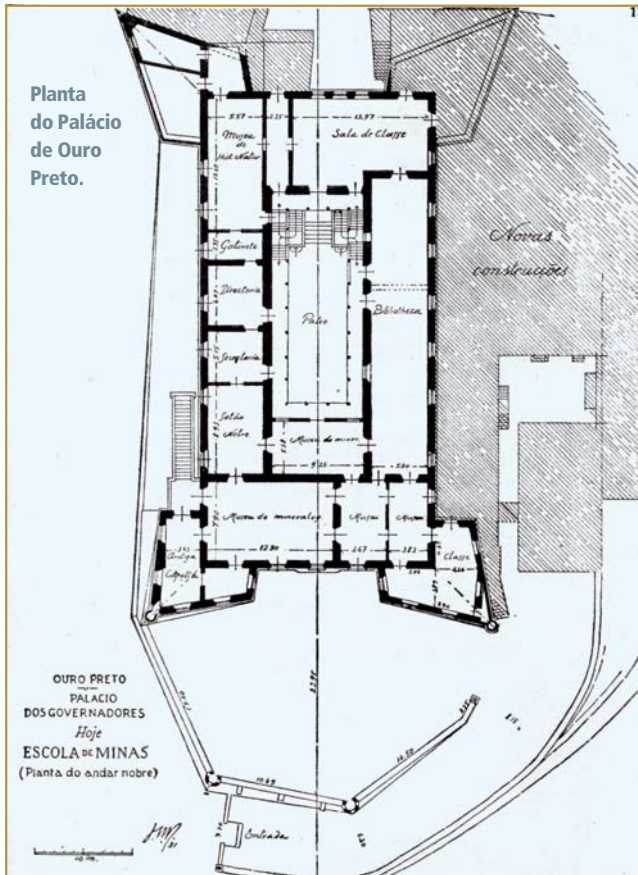
Esse exemplo não foi o único. Conhece-se o Quartel da Vila do Carmo, que tinha uma planta que mostra claramente a idéia de um forte abaluartado, situado no alto de uma pequena elevação, com dois córregos servindo de “fosso”.

Ou seja, no quartel é evidente a preocupação com a questão da defesa, nem que fosse em termos de repre-



sentação do poder real por meio de um prédio imponente, quase como se fosse uma cidadela. Essa mesma situação é visível no Palácio dos Governadores de Ouro Preto que, apesar de não ser um forte, nem ter capacidade defensiva, possui um traçado de fortificação, em uma demonstração de poder do Rei que, certamente, não escapava aos moradores da antiga capital de Minas Gerais.

Contudo, os fortes não eram só construídos em ocasiões de guerra ou como demonstração do poder do



monarca. O Quilombo do Ambrósio, por exemplo, ilustra como até as populações marginalizadas (escravos fugidos) se valiam de defesas permanentes para se garantirem. Em uma sociedade em que a violência, ou a ameaça de violência, era uma constante, certamente, os moradores, mesmo os mais comuns, tomavam medidas de autopreservação. As casas-fortes são exemplos dessa preocupação. Inclusive, em Recife, existe um bairro com essa denominação, a qual lembra uma batalha das guerras holandesas, ocorrida em torno da residência de Ana Paes. O Engenho de Maragogipe, infelizmente já destruído, mas preservado em pintura de Washt Rodrigues, mostra um tipo de construção que lembra uma fortificação: uma casa, sem

acesso pelo térreo e que, portanto, podia ser facilmente defendida contra ataques, com atiradores posicionados no segundo pavimento. Poderia ter sido uma casa-forte, como a de Ana Paes.

Às vezes, mesmo um simples edifício de construção mais reforçada já transmitia certa sensação de segurança; um telhado, construído com telhas de barro, poderia impedir um ataque com flechas incendiárias; dormir em uma casa com paredes de pedra proporcionava maior sensação de segurança, entre outras iniciativas realizadas. Em situações de emergência, até uma construção pacífica, como uma igreja, poderia servir de defesa, como se verifica na passagem citada por Rocha Pita sobre os emboabas, uma situação que se manteve até bem tarde no Brasil, em zonas onde havia risco. Por exemplo, no interior do Paraná (Guarapuava), o soldado Francisco Manoel de Assis França escreveu para sua mãe, em 1828:

“Mas sempre me desgosta a terra em razão de grande perigo de bugres em que sempre vive que no outro dia ainda tivemos um ataque com 5 índios brabos [...] e sempre flecharam duas pessoas dos nossos [...]. Eu vivo em tal cautela que mudei a minha cama para o armazém que estou entregue dele por ser casa de pedra e coberta de telha e logo que dá Ave Maria [18h] fecho-me e conservo uma arma de fogo carregada e vivo sempre pronto para o que puder suceder [...].”



Certamente, eram construções muito comuns em todo o território nacional e que aparecem muitas vezes na documentação. Um exemplo ocorreu na conquista do sertão da Paraíba, no século XVII: “Os índios bárbaros jandúis residentes no distrito e sertão da capitania estavam rebelados [...] [e] causado tanto receio que os brancos tratam de fazer suas casas-fortes em que se possam defender dos repentinos assaltos.”, como escreveu o Governador



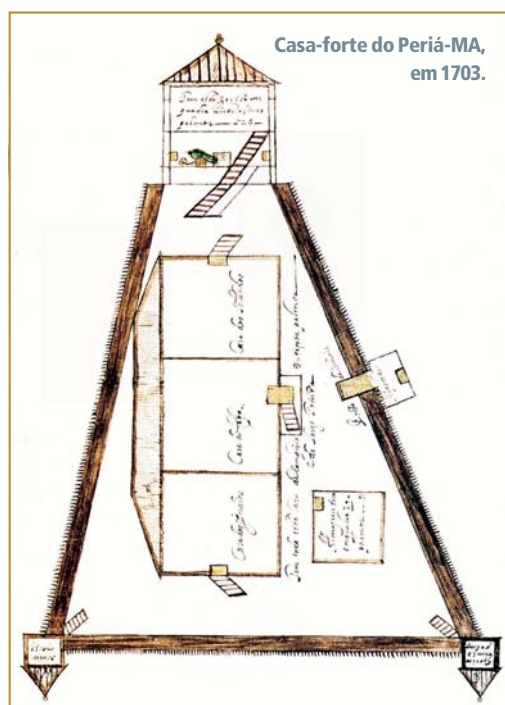
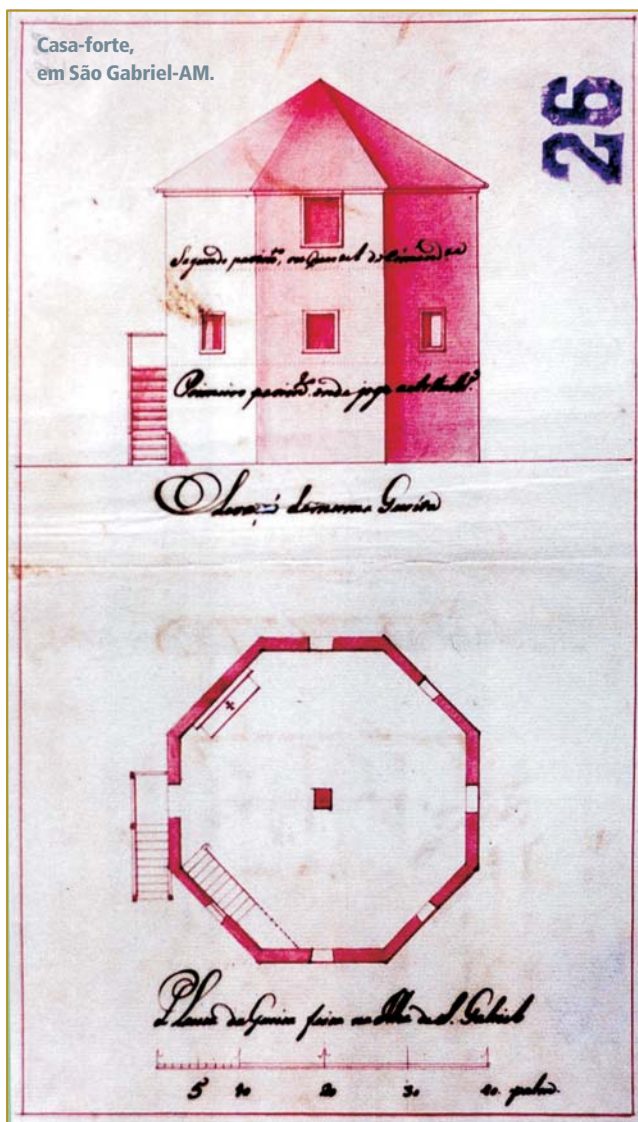
Engenho de Maragogipe-PE.

Matias de Albuquerque Maranhão, pouco depois da expulsão dos holandeses do Nordeste.

Infelizmente, temos poucas informações sobre as defesas construídas por particulares, ou mesmo pelo Governo, como as casafortes de São Gabriel-AM ou do Peria-MA. É possível que algumas dessas ainda existam, pelo menos em ruínas.

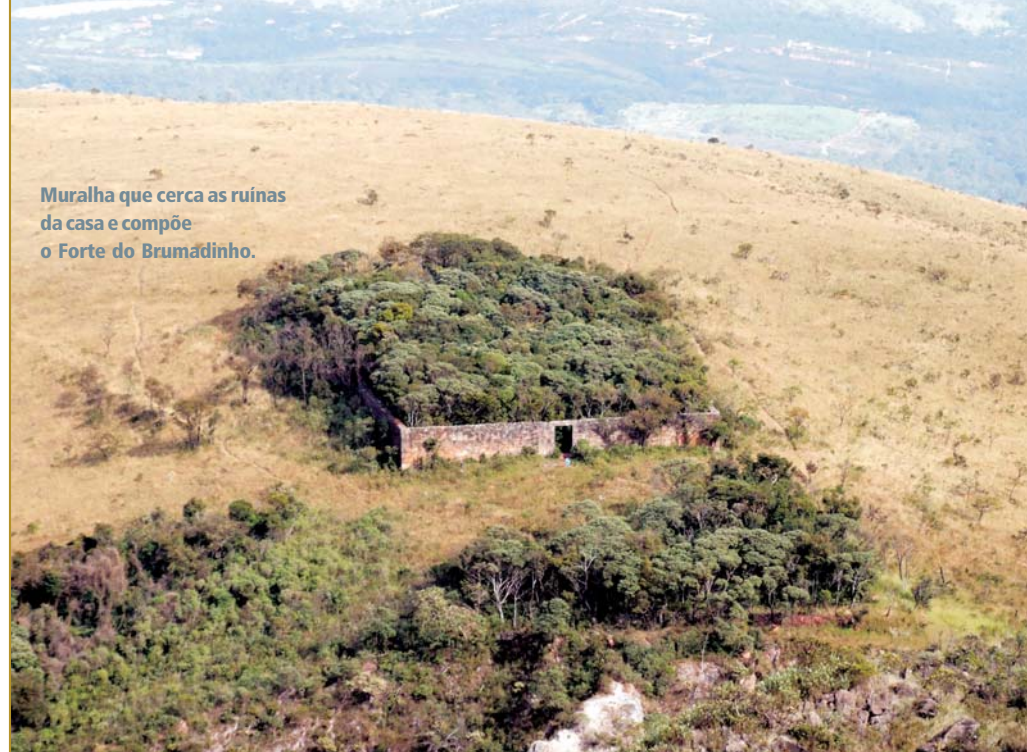
Na localização, estudo e recuperação desses vestígios de nosso passado militar, o papel da ar-

queologia é fundamental e indispensável, sendo fundamental o trabalho dos especialistas. Em Pernambuco, no Forte de Itamaracá, assunto de artigo deste número da *Revista DaCultura*, pesquisadores encontraram dentro dessa edificação, ainda existente, que foi construída pelos portugueses, fundações da fortificação holandesa original, que seriam desconhecidas caso não houvesse empenho dos estudiosos. Naquele Estado, ainda verificaram-se importantes trabalhos de pesquisa e prospecção



no Arraial Velho, base de operações dos luso-brasileiros contra os holandeses, bem como no Forte das Cinco Pontas.

Em Minas Gerais, Estado esquecido pelos livros que tratam de fortificações, trabalhos de arqueologia já localizaram duas delas: o já citado Quilombo do Ambrósio, uma estacada de escravos fugidos, destruída em 1746, cujo sítio foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, em 2000, e o Forte do Brumadinho, uma obra defensiva, construída em uma imensa lavra de ouro do século XVIII, posteriormente abandonada. Essa última construção é exemplo relevante, pois, até o momento, não se encontraram informações, na documentação,



Muralha que cerca as ruínas da casa e compõe o Forte do Brumadinho.



Escavações no Arraial Velho, em 1969.

que tratem sobre a construção e sua história. Dessa forma, somente o trabalho dos arqueólogos poderá lançar alguma luz sobre o assunto.

Esses são apenas alguns dos indícios que ainda podem – e devem – ser localizados, para que o Brasil venha a conhecer melhor seu passado. Onde estariam as casas-fortes construídas para a conquista do sertão, por exemplo? O Exército Brasileiro dá muita importância às guerras holandesas no Nordeste (1624-54), contudo, pouco se conhece sobre o primeiro desses confrontos travado

pela conquista da Amazônia. Lá, os estrangeiros construíram fortes a partir de 1599, e os combates contra holandeses, ingleses e franceses foram contínuos desde a fundação de Belém, em 1616. Foi um longo período de conflitos, com ferozes escaladas contra fortes, galantes tomadas de navios e batalhas campais. No entanto, onde estão os vestígios dessa luta? A localização dos destroços de barcos, como os ingleses *Sea Nymph* e *Hopewell*, naufragados quando levavam suprimentos para os estabelecimentos anglo-irlandeses no Rio Amazonas, seria uma descoberta de imenso valor científico para a nossa história. O mesmo ocorreria caso fossem encontrados os vestígios de uma das feitorias holandesas, no Xingu, ou das colônias irlandesas, no Amapá.

Contudo, para isso, é necessário intensificar as atividades realizadas com a arqueologia histórica no País, pois só esta dispõe dos meios para a localização, pesquisa e resgate dos seus bens.

O trabalho já começou, obtendo-se resultados muito bons. Entretanto, há, ainda, muito a ser feito, especialmente no que diz respeito a nossa História Militar.

Adler Homero Fonseca de Castro – Natural da cidade do Rio de Janeiro, é mestre em História. Pesquisador do IPHAN, vem realizando, há vinte anos, pesquisa sobre a história das armas e fortificações. Atualmente é membro do Conselho de Curadores do Museu Militar Conde de Linhares e do Museu das Armas Ferreira da Cunha.